

PROCESSO DE COMUNICAÇÃO ENTRE PROFESSORES OUVINTES E ACADÊMICOS SURDOS EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PARINTINS-AM¹

Mariane dos Santos Oliveira²
Marlon Jorge Silva de Azevedo³

Resumo: O presente estudo tem como objetivo principal compreender o processo de comunicação entre professores ouvintes e acadêmicos surdos em uma Universidade Pública de Parintins, no qual baseamos em aportes teóricos como: Quadros & Karnopp, (2004), Santana (2007), Skliar (2001), Melo (2013), Mazzota (2003), tais autores nos trazem pesquisas relevantes acerca desse processo inclusivo e ainda desafiador no âmbito universitário entre os acadêmicos surdos, interprete e professores ouvintes titulares. A metodologia é de cunho qualitativo, com abordagem dialética no qual tentamos discutir durante a temática apresentada possíveis desafios vivenciados por estes profissionais ouvintes no ensino superior, assim como para os acadêmicos surdos. Dessa forma, o artigo nos revela que a Língua de Sinais não é uma prioridade para as políticas públicas no Brasil e isso se reflete dentro da instituição pesquisada, por consequência disso os professores ouvintes não entendem sobre o sujeito surdo e muito menos seus direitos linguísticos enquanto cidadão, logo, sua comunicação é construída a partir do apoio do profissional intérprete.

Palavras-chave: Libras, Processo de comunicação, Ensino Superior.

Abstract: The present study has as main objective to understand the process of communication between hearing teachers and deaf academics in a Public University of Parintins, in which we base theoretical contributions as: Quadros & Karnopp, (2004), Santana (2007), Skliar 2001), Melo (2013), Mazzota (2003), these authors bring us relevant research about this inclusive and still challenging university process among deaf academics, interpreters and lecturers. The methodology is qualitative, with a dialectical approach in which we try to discuss during the thematic presented possible challenges experienced by these hearing professionals in higher education, as well as for deaf academics. Thus, the article reveals that the Sign Language is not a priority for public policies in Brazil and this is reflected within the institution researched, consequently the hearing teachers do not understand about the deaf subject, much less their linguistic rights while citizen, so their communication is built on the support of the professional interpreter.

Keywords: Libras, Communication process, Higher education.

INTRODUÇÃO

A língua de Sinais juntamente com a Comunidade Surda vem crescendo com o passar do tempo. Há 15 anos o ensino de Libras tornou-se obrigatório nas Universidades Públicas, pois é necessário que todos tenham conhecimento desta língua. Infelizmente, ainda há muitos obstáculos a serem vencidos quando se fala da Língua Brasileira de Sinais, devido a carência de políticas públicas mais rígidas relacionadas a acessibilidade para atender os acadêmicos surdos, estes ficam isolados em sala já que utilizam a Libras como meio de comunicação e apresentam dificuldades linguísticas no que se refere a Língua Portuguesa na modalidade escrita. Conforme Quadros e Karnopp (2004, p. 30)

¹ Artigo apresentado à Universidade do Estado do Amazonas. Centro de Estudos Superiores de Parintins. UEA/CESP, como pré-requisito para título de Licenciatura em Letras.

² Acadêmica do 8º período de Letras da Universidade do Estado do Amazonas. Centro de Estudos Superiores de Parintins. UEA/CESP. Pós-graduanda em Libras com Docência do Ensino Superior pela Faculdade de Ciências de Wenceslau Braz-FACIBRA.

³ Professor Graduado em Letras e Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pós-graduado em Educação Especial e Inclusiva pela Universidade Internacional de Curitiba. Mestre em Letras e Artes pela Universidade do Estado do Amazonas.

“As línguas de sinais são, portanto, consideradas pela linguística como línguas naturais ou como um sistema linguístico legítimo e não como um problema do surdo ou como uma patologia da linguagem”.

Tal processo de comunicação que atualmente é visto como dificuldade pelos ouvintes, dar-se pelo fato de que quando um aluno surdo começa a estudar na rede pública de ensino, este é obrigado a adquirir a L1- Língua Portuguesa na modalidade escrita, e posteriormente a L2- Língua de sinais, sua língua materna. Esse processo de comunicação muitas vezes é visto de forma errônea por muitos profissionais da área da educação de Surdos, sendo que o ensino destas línguas deveria ser de maneira contrária, a L1 do surdo é a Libras e a L2 o Português na modalidade escrita, este sim poderia ser caracterizado como processo de ensino bilíngue e poderia perpassar no Ensino Fundamental I e II, no Ensino Médio e mais tarde ao Ensino Superior.

Dessa forma, partimos da problemática que questiona a forma em que ocorre a comunicação de professores ouvintes e acadêmicos surdos, o que nos leva as inquietações sobre o processo de comunicação entre professores ouvintes e acadêmicos surdos em uma Universidade Pública no município de Parintins no Estado do Amazonas.

O objetivo geral deste trabalho é compreender como ocorre o processo de comunicação entre professores ouvintes e acadêmicos surdos em uma Universidade Pública no município de Parintins.

A escolha desta temática surgiu através das observações feitas durante um curso de Libras promovido pela ASPIN⁴. Neste momento houve uma necessidade em saber como era o cotidiano educacional dessa comunidade e, como se dava o seu processo de aprendizado no Ensino Superior. Esta pesquisa é de muita relevância, pois traz uma reflexão acerca destas pessoas que muitas vezes são marginalizadas pela sociedade. Desta forma este trabalho proporciona uma contribuição social tendo em vista que muitos surdos adentrarão as Universidades públicas ou privadas e certamente precisarão de profissionais qualificados na área da surdez para atendê-los.

O presente artigo está estruturado em 4 tópicos, onde no primeiro apresentamos o referencial teórico que nos fala sobre o histórico da Língua de Sinais. Posteriormente serão destacadas as abordagens educacionais para o ensino de surdos ao longo da história, mais adiante tratará da comparação entre a língua de sinais e a língua portuguesa, no que se refere a estrutura e por fim abordará sobre o surdo na universidade e seus desafios

⁴ Associação dos Surdos de Parintins

quanto a acessibilidade. A metodologia é de uma pesquisa qualitativa, com abordagem dialética, e procedimentos metodológicos baseados em um estudo de caso.

1- APRENDENDO O HISTÓRICO DA LÍNGUA DE SINAIS

A luta do surdo é de natureza histórica, sempre estiveram em busca de seus direitos como cidadão, desde os séculos passados os surdos sofriam com a rejeição e discriminação da sociedade por não serem ouvintes e não utilizar a forma oral como meio de comunicação.

As pessoas surdas antigamente quando não eram assassinadas, eram tratadas como incapazes de acompanhar dito “normal” em sala de aula e acreditavam que não tinha autonomia para aprender, por isso muitos destes não frequentavam as escolas. Estas pessoas eram totalmente isoladas da sociedade em que viviam e não possuíam os mesmo direitos que os outros cidadãos. (TREVISAN; SILVA; OLIVEIRA, 2008, p.13)

Havia uma ideia equivocada sobre as pessoas com deficiências, este fato prejudicou estes indivíduos que por muito tempo sofreram com a ignorância destas pessoas ditas “normais”.

A própria igreja, utilizou sua influência sobre a sociedade e os dizeres que todo homem é “imagem e semelhança de Deus” e se posicionou contra os surdos assim como outras deficiências, desde então, o sujeito perfeito era aquele que possuía condições físicas e mentais e todo aquele que não fosse, seria marginalizado pela sociedade e obrigado a conviver isolado dos outros. (MAZZOTTA, 2003, p. 16)

Após muitas discussões sobre as pessoas com deficiência, surgiram pesquisadores interessados em estudar estas pessoas com surdez congênita e buscaram meios para que estes pudessem comunicar-se com a sociedade. Mais tarde um filósofo francês concluiu que a pessoa com surdez não era incapaz, como muitos diziam, e por isso, nascer surdo não impossibilita o indivíduo de fazer a mesmas tarefas que uma pessoa comum. Aos poucos em todo o mundo começam a *incluir* pessoas surdas na sociedade inclusive no âmbito educacional.

No Brasil, em 1857, o surdo francês Ernest Huet, a convite de Dom Pedro II veio para fundar a primeira escola de surdos, atual INES⁵, localizada na cidade do Rio de Janeiro.

⁵ Instituto Nacional de Educação de Surdos

Somente a partir de 1854 deu-se início à Educação Especial no Brasil com a educação de cegos, quando o Imperador D. Pedro II criou o Instituto Imperial dos Meninos Cegos da Cidade do Rio de Janeiro. Foi a convite de D. Pedro II que o surdo francês Ernest Huet veio ao Brasil para fundar a primeira escola para surdos, na cidade do Rio de Janeiro, o Instituto Nacional de Surdos-Mudos, atual Ines – Instituto Nacional de Educação de Surdos, em 26 de setembro de 1857. (TREVISAN; SILVA; OLIVEIRA, p. 15)

Com a fundação do Instituto INES iniciou-se a inclusão de pessoas surdas no âmbito educacional, logo, a criação da escola específica na área de surdez foi de suma importância, pois criou oportunidades para que o surdo pudesse, assim como os ouvintes, ter acesso à educação.

Huet, fundou a escola para surdos e criou diversas metodologias para facilitar o processo de ensino e aprendizagem da pessoa surda, nesse processo houve a necessidade de criar a própria língua de sinais brasileira, portanto, foi criada a Língua Brasileira de Sinais baseada na Língua de Sinais Francesa, essa língua repercutiu e os surdos tiveram a Libras como meio de comunicação.

Foi Huet quem começou a usar uma metodologia específica para ensinar os surdos, utilizava conjuntamente o quem começou a usar uma metodologia específica para ensinar os surdos, utilizava conjuntamente o alfabeto manual e a língua de sinais. A partir de então, a língua de sinais foi difundida para todas as regiões brasileiras, valorizando e enriquecendo a cultura surda da comunidade surda brasileira. (TREVISAN; SILVA; OLIVEIRA, p. 15)

Huet entendeu que os surdos aprendiam de forma diferenciada por se tratarem de pessoas que viviam uma experiência gestual-visual, por isso, sua língua deveria ser articulada para que o aprendizado do surdo não fosse prejudicado.

2 - ABORDAGENS EDUCACIONAIS DO SURDO AO LONGO DA HISTÓRIA

Ao longo da história existiram métodos educacionais diferenciados no que se refere ao ensino dos surdos. Estes métodos foram desenvolvidos a partir do século XVI, antes disso, os surdos eram vistos como inválidos e um ser incapaz de ter direito a educação assim como os ouvintes. A partir deste século surgiu a educação para surdos, onde desenvolveram-se três abordagens educativas: oralismo, comunicação total e bilinguismo (SOUZA, 2016, p.14).

O **oralismo**, primeiro método, tinha como objetivo estimular o surdo a “falar” de forma oral, e não era permitida a utilização da língua de sinais neste processo. Após o Congresso de Milão houve um grande fracasso escolar no que se refere ao ensino de surdos pois estes eram obrigados a praticar o método oralista, algo que não é da natureza

do surdo, por isso, o uso deste método não obteve êxito (TREVISAN, SILVA, OLIVEIRA, 2008, p. 16).

Em seguida, o segundo método utilizado na educação de surdos foi a **comunicação total**, este método visava utilizar todos os recursos disponíveis para que houvesse a educação com o surdo, dentre estes recursos estavam inclusos a leitura labial, alfabeto digital e também a língua de sinais.

A comunicação total, ao contrário do oralismo, aceita e convive com a diferença, procurando aproximar e facilitar a comunicação entre a criança surda e sua família ouvinte. Levando, em consideração aspectos importantes do desenvolvimento infantil e ressalta o papel fundamental dos pais ouvintes na educação de seus filhos surdos. No entanto, a língua de sinais não é utilizada de forma plena. (TREVISAN, SILVA, OLIVEIRA, 2008, p. 48)

Ao longo dos tempos este método não foi mais satisfazendo as necessidades dos surdos que já se mantinham iguais aos ouvintes. Com este método os surdos encontraram muitas barreiras e rejeições principalmente quando se trata da comunicação inadequada que acabou prejudicando o surdo neste momento.

Por fim, a terceira abordagem, chamada **bilinguismo**, este método é o mais importante pois reconhece a língua de sinais (L1) como sua língua materna e a língua portuguesa (L2), pertencente a comunidade brasileira, na modalidade escrita como sua segunda língua.

Os defensores do bilinguismo percebem o surdo de forma bastante diferente dos defensores do oralismo e da comunicação total. Na concepção dos bilingüistas, o surdo não precisa ter uma vida igual do ouvinte, podendo, assim, aceitar e assumir a surdez. (TREVISAN, SILVA, OLIVEIRA, 2008, p. 48)

De fato, o método bilinguismo, comparado aos outros anteriormente apresentados é que o mais favorece o surdo a conviver com os ouvintes. Este método abriu caminhos para uma educação inclusiva no qual o sujeito surdo pode estudar no mesmo ambiente em que o sujeito ouvinte, é claro que o surdo precisa de uma intérprete auxiliá-lo nas suas necessidades linguísticas.

3 - ESTRUTURA DA LÍNGUA DE SINAIS: COMPARAÇÃO ENTRE LÍNGUA PORTUGUESA E LIBRAS

Quando afirmamos que a língua de sinais é uma língua e não uma linguagem, pressupõe-se que esta língua possui, assim como qualquer outra língua, uma estrutura linguística baseada em regras fonológicas, morfológicas, sintáticas, semânticas e pragmáticas. É claro que, na língua de sinais estes aspectos são abordados de forma diferenciada das línguas orais, pois ela não vai ser difundida pela sua articulação oral e

sim pela sua forma de gesticular que envolvem as mãos, face, corpo e principalmente as expressões.

A propósito, a língua de sinais não é universal, dessa forma, se diferencia de um país para outro, inclusive, de região para outra, deste modo, se compõe por um dialeto diferenciado que pode ocorrer tanto nas línguas orais quanto na língua de sinais. Segundo Quadros e Karnopp (2004, p. 33) “Essa concepção ainda faz parte do senso comum. As pessoas normalmente perguntam se as línguas de sinais não são universais. Há quem questione porque as línguas de sinais não são universais, como se fato fosse o óbvio”, logo a Língua Brasileira de Sinais é utilizada pela comunidade surda do Brasil, assim como existe a Língua de Sinais Americana, Língua de Sinais Francesa entre outras.

Na língua de sinais é importante conhecer os parâmetros básicos utilizados para o meio de comunicação gestual que compõem a Língua de Sinais. Os parâmetros primários da língua de sinais são: configuração das mãos (CM), ponto de articulação (PA) e movimento (M). Esta estrutura linguística difundida por Stokoe em seu livro *Sign Language Structure* (1960), para Quadros e Karnopp (2004, p. 31) “representou o primeiro passo em relação aos estudos das línguas de sinais” e serviu de referência para o estudo acerca da língua de sinais, mais tarde foi incluso mais três parâmetros, que tornaram-se secundários, divididos em: disposição das mãos (DM), região de contato (RC) e orientação das mãos (OM).

É evidente que, a pessoa surda não pensa como ouvinte, sua experiência visual lhe permite pensar de outro modo, sua “gramática internalizada” é a Libras, então não se pode esperar um pensamento *ouvintista* destas pessoas, pois sua experiência de mundo é outra, os surdos podem se expressar por meio da língua de sinais ou por meio da Língua Portuguesa na modalidade escrita, lembrando que, sua escrita será a tradução de seu pensamento em libras para a escrita da língua portuguesa, e essa é uma tarefa bastante complexa pois muitos surdos não tem a proficiência na língua portuguesa e acabam tendo dificuldades em utilizar essa modalidade.

Além disso, as mãos gesticulam os sinais e associadas a combinação de gestos, expressões e movimentos que caracterizam a língua de sinais. Os sinais podem ser apresentados tanto com uma mão ou outra, inclusive pode ser as duas com orientações diferentes, cabe ao surdo, ou usuário da língua determinar qual modo de articulação usar (QUADROS & KARNOPP, 2004, p. 51).

Novamente, a Libras é uma língua gestual visual, por isso, sua forma de comunicação ocorre através da interação das mãos, das expressões corporais e visuais,

desta forma, o sujeito surdo pode expressar sentimentos, emoções, opiniões entre outros assuntos, por meio desta língua.

4- SURDOS NA UNIVERSIDADE: O DESAFIO DA COMUNICAÇÃO

A educação de surdos assim como a educação de ouvintes requer preparo de pessoas capacitadas para atendê-los. O surdo necessita de um profissional intérprete em Libras para auxiliá-lo na sua comunicação durante as aulas por conta de sua necessidade linguística, porém, não significa que é dever do intérprete ensinar ao acadêmico surdo sobre determinada disciplina, a função do intérprete é mediar o processo de comunicação entre duas línguas, ou seja, mediar a comunicação entre surdo e ouvinte.

A universidade tem uma grande responsabilidade como uma instituição educativa, de prestar um serviço público de educação e qualidade que estimule o educador e acadêmicos a serem investigadores. A função da universidade, portanto, traz consigo a tarefa de ir em busca de conhecimentos de forma crítica e científica (SILVA, 2013, p. 59).

É evidente que a inclusão de pessoas surdas nas Universidades caminha a passos lentos, pois não basta apenas incluir o acadêmico surdo em sala de aula, mas também é importante que se tenha um preparo adequado para receber este acadêmico em qualquer ambiente da Universidade para que a instituição seja igualitária para todos, respeitando as diferenças. Infelizmente por falta de conhecimento sobre a surdez, muitos surdos acabam desistindo dos estudos.

Considerando que, de modo geral, as coisas e situações desconhecidas causam temor, a falta de conhecimento sobre as deficiências em muito contribuiu para que as pessoas portadoras de deficiência, por “serem diferentes”, fossem marginalizadas, ignoradas. (MAZZOTTA, 2003, p. 16).

O direito a acessibilidade deve ser cumprido para que todos possam desfrutar dos mesmos direitos sem que haja discriminação por parte de certas pessoas. No Artigo 205 da Constituição dispõe que, a educação é tanto dever do estado como da família, como papel de mediador incentivo para a pessoa surda seguir em frente.

A educação, direito de todos é dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2001, p. 126).

A educação inclusiva na Universidade se faz necessária e tem seu início quando se entende que independente das deficiências que alguns podem ter, não impede que todos sejam educados juntos sem distinção, para que não ocorra um educação excludente, que

oprime o aluno deficiente e o faça desistir de estudar. Por isso, essa separação não deve existir e os todos devem ter orientações sobre estas deficiências e suas limitações para que não haja enganos. O preconceito ou pré-conceito deve ser eliminado dentro das instituições, é esta barreira que deve ser quebrada, a barreira do preconceito para que todos recebam tratamento igual apesar das diferenças, e estes alunos com necessidades de acessibilidade devem ter um acompanhamento de um profissional capacitado na determinada área, para que não ocorra exclusão e que este não se mantenha distante dos outros, sempre visando que uma boa instituição é aquela que auxilia todos os alunos independente de suas necessidades.

O valor social da igualdade é consciente com o motivo de ajudar os outros e com a prática do ensino inclusivo. Temos que garantir que os alunos com deficiência sejam apoiados para tornarem-se participantes e colaboradores na planificação e no bem-estar desse novo tipo de sociedade. Temos que evitar os erros do passado, quando os alunos com deficiência eram deixados à margem. (STAINBACK, 1999, p. 29)

Por isso, todos devem ser instruídos quanto ao ensino da língua de sinais, para que ocorra a comunicação com o surdo, e que se rompa a barreira da falta de comunicação, este aprendizado deve ocorrer em toda a universidade, desde a sala de aula, refeitório, auditório, secretaria, biblioteca, entre outros, sempre visando a acessibilidade. Certamente não podemos repetir o erro do passado no qual as pessoas surdas sofriam com a exclusão e discriminação dos ouvintes e principalmente da própria família, e por isso não podiam ter acesso à educação que deveria ser direito de todos.

A sociedade mudou, hoje existe uma diversidade de pessoas que devem ser respeitadas seja pela sua religião, cor, raça ou deficiência. O acesso de surdos em Universidades públicas ou privadas já é uma realidade porém requer cuidados no que se refere a acessibilidade. Conforme Malta e Silva (2013, p.118)

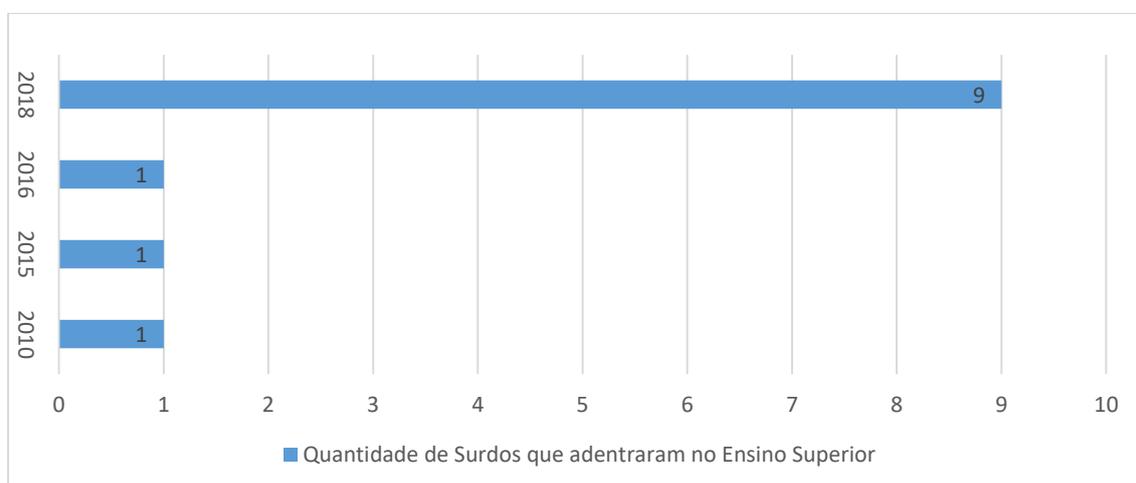
O *povo surdo*, então, forma uma minoria diferente, com características comunitárias, linguísticas, cognitivas e culturais específicas mas que sofre a imposição e influência da cultura ouvinte. Logo, torna-se natural encontrarmos na cultura surda um cenário de lutas de poderes e significados, gerando conflitos de representações e de identidades surdas diversas.

Nessa perspectiva, os surdos tem conquistado profissões distintas e importantes na sociedade, e no âmbito educacional, no entanto, ainda sofrem com a influência da cultura ouvinte, mesmo que muitos conceitos sobre a cultura surda tenham sido apresentados aos ouvintes para que conheçam a trajetória de luta, ainda há muito para se melhorar quando se fala da educação e comunicação com pessoas surdas. No ensino

superior, por exemplo, não existia cotas para surdos e estes adentravam no curso por meio das cotas destinadas aos deficientes.

Segundo a Lei Nº 2.894, de 31 de maio de 2004 dispõe sobre as vagas oferecidas em concursos/vestibulares pela Universidade do Estado do Amazonas. Em adição, nos termos da Legislação o inciso 5º afirma que serão reservados 5% das vagas para pessoas com deficiência (DIÁRIO OFICIAL, 2016).

Por isso, o acesso de pessoas surdas na Universidade de Parintins-AM, é uma realidade que vem crescendo a cada ano, na universidade pesquisada, por exemplo, no ano de 2010 a primeira acadêmica surda ingressou na Universidade Pública no curso de Licenciatura em Pedagogia por meio do PARFOR (Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica), após isso, outros surdos começaram a ingressar na universidade e atualmente estão presentes nos cursos de Licenciatura em: Matemática, História, Geografia, Letras, Química e Física. Além do mais no ano de 2018 foi inaugurado na Universidade o NUPIN⁶ que atende pessoas deficientes como: cadeirantes, baixa visão, surdos e deficientes visuais. Neste ambiente os acadêmicos podem contar com orientações de trabalhos acadêmicos e aulas extras com monitores e intérpretes. O gráfico abaixo apresenta o ano e a quantidade de surdos que adentraram o Ensino Superior.



Esta tabela nos leva ao questionamento de que o número de surdos que tem adentrado a Universidade Pública pesquisada vem crescendo com o passar dos anos, todavia, poderia ser mais, considerando uma população de aproximadamente 120 surdos adultos no município, mas é um número significativo e demonstra o interesse desta comunidade em adentrar o ensino superior, mesmo com as dificuldades.

⁶ Núcleo de Acessibilidade as Pessoas com Deficiências

5 – METODOLOGIA

A metodologia é fundamental para o desenvolvimento de qualquer pesquisa, pois é através desta que se determina o trajeto no qual o trabalho irá se desenvolver, segundo Fonseca (2008, p.86) diz que a metodologia “é a definição dos procedimentos técnicos, das modalidades de atividades, dos métodos que serão utilizados na pesquisa”, portanto são os caminhos para se chegar ao objetivo do trabalho.

Logo se percebe que a natureza de pesquisa deste trabalho é qualitativa pois, conforme Chizzotti (2008, p.79) “A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”, neste sentido a temática deste trabalho “Processo de comunicação entre professores ouvintes e acadêmicos surdos em uma Universidade Pública no município de Parintins-AM”, vem justamente com este intuito de identificar como funciona esta prática na vida real e obter uma relação direta com os sujeitos da pesquisa.

Por isso, o tipo de pesquisa pensado para este trabalho foi o estudo de caso. Para Chizzotti (2008, p. 102) o estudo de caso é o termo utilizado para determinar um tipo de caso particular de pesquisa, cujo foco principal é observar casos específicos e analisa-las, com intuito de fazer uma crítica construtiva e dar sugestões para a melhoria do trabalho.

Desta forma, optou-se pelo método dialético, pois é um procedimento flexível que sempre se altera, pensamentos sobre determinados assuntos podem mudar, pois conceitos sempre se transformam. Por isso, é um método que além de ideológico, mais também é realista e é um método que dialoga com o que está estudando, de modo recíproco. (FONSECA, 2008, p. 102)

O procedimento desta pesquisa deu-se pelo modo observacional que visa observar o ambiente no qual se propõe a pesquisa. Conforme Severino (2007, p. 125) o método observacional “é todo procedimento que permite acesso aos fenômenos estudados. É a etapa imprescindível em qualquer tipo ou modalidade de pesquisa”. Este método de observação de forma intensa para que cada detalhe fosse analisado de forma com que se pudesse obter os resultados esperados.

A técnica de pesquisa deste estudo de caso, ocorreu por meio de entrevista e questionários destinados aos sujeitos da pesquisa. Para Severino (2007, p. 124) a técnica da entrevista visa compreender sobre um assunto específico, sendo assim a interação com

o sujeito pesquisado detém a resposta procurada. Desta forma, o papel do pesquisador é identificar o que os sujeitos pesquisados estão pensando, argumentando e sabem sobre este determinado assunto.

Além desta técnica há também a utilização de questionários o qual apresenta uma sequência de questões, planejadas e destinadas aos sujeitos entrevistados, cuja intenção é obter resultados escritos dos sujeitos pesquisados (SEVERINO, 2007, p. 125). Desta forma, o questionário ocorreu por meio de perguntas abertas para saber o ponto de vista real de cada entrevistado.

O universo da pesquisa é o ambiente no qual será realizado a pesquisa de campo e a amostra é a parte deste ambiente específica na qual a pesquisa será feita, segundo Fonseca (2008, p. 88) “A totalidade do campo a ser pesquisado chamamos de “universo” e a amostra é o processo de utilização de uma parte desse universo, como base para uma estimativa do todo” a partir desta perspectiva o universo e amostra da pesquisa ocorreram em uma Universidade Pública no Município de Parintins.

Os sujeitos da pesquisa são aqueles indivíduos que fazem parte do universo e meio da pesquisa e que obtém as respostas para a pesquisa. Segundo Fonseca apud Vergara (2000, p. 53) “registra que sujeitos da pesquisa são as pessoas que fornecerão os dados de que você necessita”, nesta pesquisa os sujeitos desta pesquisa foram acadêmicas surdas, professores ouvintes e também o profissional intérprete das acadêmicas.

6- DISCUSSÃO E ANÁLISE DE DADOS

Para a concretização do estudo de caso sobre “Processo de comunicação entre professores ouvintes e acadêmicos surdos em uma Universidade Pública no Município de Parintins-AM”, foram necessárias três semanas de observações intensas.

Nesta etapa, o estudo de caso foi dividido entre observações, uso de questionários e entrevistas com os professores ouvintes, acadêmicos surdos e o profissional intérprete. Foram essenciais as entrevistas para colher as informações necessárias, uma vez que somente pelo estudo de caso e a utilização das técnicas adequadas pôde-se chegar em uma conclusão plausível para o trabalho.

A entrevista com os participantes desta pesquisa contou com 03 perguntas direcionadas aos professores ouvintes, 03 para o acadêmico surdo e 03 para o profissional intérprete, pela ética deste trabalho o nome dos entrevistados são mantidos em sigilo. Ao decorrer da análise será colocada as perguntas e respostas na íntegra, os professores serão

classificados como p1 e p2, os acadêmicos serão classificados como acadêmicos surdos A e B, por fim a entrevista do intérprete.

6.1- DESAFIOS E METODOLOGIAS NO ENSINO SUPERIOR: PONTO DE VISTA DOS PROFESSORES OUVINTES QUANTO AO ENSINO DE ACADÊMICOS SURDOS

No estudo de caso, percebeu-se que o professor ouvinte é acompanhado pelo profissional intérprete e por meio das observações notou-se que o professor ouvinte não tem conhecimento sobre a Libras, por isso este busca estar em contato direto com a profissional intérprete no auxílio das exposições das aulas para os acadêmicos surdos.

Questão referente aos professores ouvintes: **Como é sua comunicação diante do acadêmico surdo em sala de aula?** Segundo o relato do p1 *“Como não sei libras e utilizo muitos termos técnicos, vejo que sentem dificuldade. Desta forma busco usar mais o quadro e junto com a intérprete e a monitora, tentando melhorar o acesso ao conhecimento por parte do aluno surdo, relacionando com exemplos práticos e trabalhando os exercícios de sala de aula, no laboratório da maneira mais satisfatória possível”*. O p2 ressalta que *“É uma comunicação mediada por intérprete e algumas informações básicas eu consigo me comunicar diretamente com as acadêmicas surdas”*.

Nota-se que as aulas contém assuntos complexos e difíceis de serem definidos claramente. Os professores ouvintes por não saberem a Libras, acabam dependendo diretamente do interprete, mesmo que haja uma tentativa de comunicação por meio do português sinalizado, os professores ouvintes não estão preparados para ministrar uma aula sozinhos para acadêmicos surdos sem o apoio do profissional intérprete em sala. Essa falta de conhecimento sobre a libras traz consigo problemáticas quanto o ensino-aprendizado do acadêmico surdo em sala de aula, pois ambos estão falando língua diferentes, logo há um embate sobre como deve ocorrer essas aulas e a comunicação por si só já é falha.

As representações sobre a língua de sinais nas escolas levam a consequências dolorosas e problemáticas para os próprios surdos. Trata-se, por um lado, de que essa língua não é a língua dos professores e profissionais ouvintes; portanto, o problema não é a oposição entre língua oral e língua de sinais. Então, a questão deve ser revestida para a seguinte proposição: a língua dos ouvintes não é a língua dos surdos. Não é o fato de que os surdos se utilizam uma outra língua que deve ser discutido, mas o poder lingüístico dos professores e o processo conseqüente de deseducação. (SKLIAR, 1998, p. 24-25)

Assim, no relato apresentado pelos dois professores ouvintes, constatou-se que a falta de conhecimento sobre a Língua Brasileira de Sinais prejudica sua comunicação com os alunos. Percebe-se que essa falta de conhecimento sobre a língua afeta no seu desempenho em sala de aula no que diz respeito a interação com os acadêmicos surdos em sala.

Na questão dois destinada aos professores ouvintes: **Você acredita que o acadêmico surdo possa aprender a disciplina ministrada com a sua metodologia de aula?** A resposta obtida do p1 foi *“Acredito que sim, pois tirando as aulas teóricas iniciais, as aulas restantes são práticas em laboratório. Nelas, usamos Datashow e sempre demonstramos os passos necessários ao aprendizado dos conteúdos de informática”*. O p2 afirma que *“Eu espero que sim, este é o objetivo. É muito cedo para saber o que funciona ou não ao ensino destes. A turma de 2018/01 é a primeira turma com acadêmicas surdas no curso de História.”*

De acordo com o relato percebeu-se que os professores acreditam que suas metodologias estão obtendo êxito, de certo modo, a chegada de acadêmicos surdos no curso referido, trouxe consigo dúvidas sobre o processo de ensino e aprendizado do acadêmico surdo, já que este não conta com a exposição das aulas vindo diretamente do professor.

A perspectiva das adaptações curriculares possibilita ao professor universitário um reordenamento de sua forma de refletir sobre processos de ensino-aprendizagem que desenvolve no âmbito da sala de aula. Acreditamos, ainda, que se faz necessário, além da capacidade de formulação de adaptações curriculares, que os professores universitários possam dialogar com – e sobre – seus alunos com deficiência. Cabe as universidades prover a construção de espaços formativos para esses professores na busca pela democratização da educação superior e na garantia do acesso, permanência e sucesso desses alunos. (MAGALHÃES, 2013, p.54)

Magalhães ressalta que é fundamental o diálogo entre professores e acadêmicos com deficiência, pois é a partir deste conversa direta, que se percebe quais métodos deverão ser modificados para que o ensino seja acessível a todos em sala de aula. Além disso, os professores ouvintes devem contar com todo um apoio profissional para que estas técnicas de ensino sejam modificadas de forma significativa no que se refere ao desenvolvimento do acadêmico surdo em sala de aula.

Diante disto a terceira pergunta destinada aos professores ouvintes: **Quais são suas principais dificuldades de comunicação com o acadêmico surdo?** O referido p1 responde que *“Não saber libras e a compreensão de termos técnicos que utilizamos e que são próprios da disciplina, por parte deles. Vejo que o vocabulário deles é limitado e que*

a própria intérprete tem dificuldade às vezes. O p2 explica que “Nem uma. Por que tem o tradutor, é previsto por lei. Se não tivesse a intérprete é como se não tivesse luz. Se a intérprete faltar um dia farei uma reunião particular com elas”.

A problemática encontrada nesta questão é justamente o fato de ambos não conhecerem a língua de sinais para ter uma interação direta com os acadêmicos surdos, mesmo que o p2 ressalte que não há dificuldade de comunicação, sem o apoio do intérprete em sala sua comunicação não existiria. Realmente, o português do surdo neste contexto é limitado, mas é para isso que adentrou ao ensino superior, para que esta realidade seja modificada.

A verdadeira ruptura que se espera não se restringirá ao momento histórico em que se resolver separar a educação especial da educação de surdos, a ruptura que se deseja está no rompimento definitivo das correntes da colonização sobre os diferentes, representadas pela imposição da cultura ouvintista e pelas práticas oralistas que permanecem nas escolas inclusivas, povoando o cotidiano dos surdos. (MALTA; SILVA. 2013, p.118)

O papel do professor é transmitir conhecimentos, neste sentido este deve criar meios para que seus educandos possam compreender o que está sendo repassado mesmo diante das dificuldades existentes. Quando os professores ouvintes compreenderem que sua forma de compreender o mundo se difere da perspectiva do acadêmico surdo, realmente ocorrerá a educação inclusiva. É neste ponto que deve-se debater, porque os próprios professores ouvintes não buscar métodos, meios para que ocorra a comunicação? Porque sempre estão apoiados na lei que obriga a presença de profissional intérprete em sala? A questão é que não vai ocorrer educação inclusiva na universidade se as pessoas continuarem esperando que sempre exista um mediador de comunicação. A verdadeira ruptura que se espera é que os próprios professores ouvintes tomem conhecimento desta língua e que seja utilizada em sala de aula em uma comunicação direta entre professor ouvinte e acadêmico surdo.

6.2 - O ACADÊMICO SURDO NO ENSINO SUPERIOR: PONTO DE VISTA DO ACADÊMICO SURDO QUANTO A SUA INTERAÇÃO EM SALA DE AULA

Neste tópico, serão mostrados os resultados das entrevistas feitas com dois acadêmicos surdos que adentraram a Universidade. Antes de mais nada é importante salientar sobre o significado da palavra surdez. Conforme a Secretaria de Educação Especial (2004, p. 10) “Surdez- A surdez consubstancia experiências visuais do mundo. Do ponto de vista clínico comumente se caracteriza a surdez pela diminuição da acuidade e percepção auditivas que dificulta a aquisição da linguagem oral de forma natural”.

A primeira pergunta direcionada aos dois acadêmicos surdos: **Você entende e se comunica com seus professores ouvintes em sala de aula?** O acadêmico surdo A diz que *“Ela e professora falei explicar de novo não entende comunicar ensinar na sala”*. O acadêmico surdo B responde *“Não e comunicação faltou”*.

Ambos acadêmicos afirmam que não há comunicação direta com o professor em sala de aula por conta de estes não conhecerem a língua de sinais. A partir desta observação pode-se afirmar que o problema não está no surdo, e sim nas pessoas que não conhecem sobre a língua de sinais. É preciso que os educadores das instituições públicas ou privadas compreendam seu papel e comecem a ter olhar sobre o outro, no caso, as pessoas com deficiência. É alarmante perceber que os professores universitários só tomam atitudes acerca da acessibilidade, quando este se deparam com a ‘dificuldade’ em sala de aula.

A necessidade de construir um território mais significativo para a educação dos surdos, e de não limitar nossas expectativas a uma “melhoria” dos paradigmas dominantes na educação especial, nos conduz a um conjunto de inquietações acerca de como narramos aos outros, de como os outros se narram a si mesmos, e de como essas narrações são, finalmente, colocadas de um modo estático nas políticas e nas práticas pedagógicas. (SKLIAR, 1998, p. 13)

Os surdos tem ocupado posições sociais inimagináveis levando em consideração seu histórico marcado por discriminações. Esta conquista é fruto de muitas lutas vivenciadas por surdos até os dias atuais, a construção de um modo mais acessível de educação para surdo é uma conquista e deve ser aplicada em todas as esferas da sociedade. No ensino superior, os surdos adentraram em cursos disponíveis para concorrência e muitos até concluíram mestrado e doutorado, graças às inúmeras lutas vividas pelos surdos ao longo da história.

A segunda pergunta feita aos acadêmicos surdos: **Você consegue utilizar bem a Língua Portuguesa na modalidade escrita?** Obtive a resposta do acadêmico surdo A *“Eu não entendo porque tento”* e o acadêmico surdo B responde *“Mais ou menos em aprender palavra”*.

É nítida a dificuldade presente na escrita do surdo pois este não utiliza conectivos, flexão verbal entre outros, portanto sua fala se difere da sua escrita, a língua portuguesa na modalidade escrita é sua segunda língua, e nestas respostas percebemos que os acadêmicos surdos trazem consigo estas dificuldades linguísticas para utilizar esta modalidade, como a própria acadêmica surda afirma, há uma tentativa de utilizar esta língua mais é complicado, pois é muito complexa.

Vale ressaltar que os sujeitos surdos são como estrangeiros dentro de sua própria pátria, e ainda seu modo de agir, pensar no mundo são percebidos pelos ouvintes como uma cultura estrangeira, diferente. Na verdade, se essa é a imagem que os ouvintes possam ter dos sujeitos surdos, como sendo sujeitos que vivem cotidianamente relações discursivas e interculturais [...] (MALTA; SILVA, 2013, p. 117)

Malta e Silva revelam uma problemática sobre a realidade dos surdos no próprio país de origem, apesar dos surdos viverem uma experiência gestual-visual e muitos não conseguem se comunicar em ambientes públicos por falta de acessibilidade e de conhecimento por parte das instituições que não tem estrutura para atender estas pessoas com deficiência.

Por fim a terceira pergunta: **O que você acha que precisa melhorar para você compreender melhor as aulas?** A resposta obtida do acadêmico surdo A *“Assim melhor, como que tento faz explicar ficar negócio o melhora a aulas bom, só pouco entende quase diga a Professora não sabe comunicar dúvida mais pouco bom”* e o acadêmico surdo B responde diretamente *“Imagens”*.

Independente do grau linguístico e do local em que habita, a língua de sinais e a cultura são uma das referências do povo surdo, além da experiência visual. Ao analisarmos a experiência visual, tão peculiar do povo surdo, percebemos que a identidade e a diferença são dois aspectos intrinsecamente relacionados. (MALTA; SILVA, 2013, p. 114)

O surdo é um indivíduo gestual-visual, e precisa ser compreendido quanto ao seu processo cognitivo. Percebemos os professores ainda não se adaptaram a esse novo público e que ainda falta muito para que o ensino seja realmente acessível a todos. Na fala de um dos acadêmicos, nota-se que se o professor não saber falar na Libras lhe prejudica e o outro acadêmico, já coloca que a presença de imagens durante as aulas já ajudaria muito em sua compreensão. Portanto, deve-se pensar em meios que ajudem a todos os acadêmicos e não só em uma parcela delas. Deste modo, deve se ressaltar que as instituições de ensino devem estar preparadas para atender a este público.

As instituições de ensino, empresas e demais órgãos públicos sentem-se obrigados a se organizarem para receber os sujeitos surdos. Os surdos, por sua vez, exigem ocupar espaços que lhe garantam o direito do uso da sua língua como língua de instrução e ainda por ver reconhecida a representação de sua diferença cultural linguística e de identidade surda. (SILVA; MALTA, 2013, p.113)

A partir do momento em que a universidade compreende seu papel como instituição pública e aplica as normas pré-estabelecidas às pessoas com deficiência que lhe dá o acesso a acessibilidade em todos os âmbitos da instituição, a universidade torna-se inclusiva.

6.3 - O INTÉRPRETE COMO PONTE DE LIGAÇÃO DENTRO DE SALA DE AULA: PONTO DE VISTA DA PROFISSIONAL INTÉRPRETE QUANTO AO ENSINO DO ACADÊMICO SURDO

Ao falar sobre o profissional interprete em sala é importante que se entenda sua função para que não haja equívocos no que se refere a sua atuação em sala. Conforme a Secretaria de Educação Especial (2004, p. 7) “Intérprete de língua de Sinais- Pessoa que interpreta de uma dada língua de sinais para outra língua, ou desta outra língua para uma determinada língua de sinais”.

A primeira pergunta direcionada ao profissional interprete: **O acadêmico surdo compreende a tradução feita por você?** Obtive a resposta “*Acredito que fiquem dúvidas. A minha inserção em sala de aula não assegura a compreensão do aluno surdo, levando em conta os processos próprios de acesso ao conhecimento que não depende só do meu desempenho, mas também das questões metodológicas do professor que ministra a disciplina*”

Na resposta do profissional intérprete percebemos que há certa preocupação no que se refere a compreensão dos assuntos trabalhados em sala de aula, pois a presença do profissional dentro de sala de aula não *assegura* que os acadêmicos surdos entendam o que está sendo repassado. Logo é necessário repensar em uma metodologia inclusiva que possa atingir todos os alunos dentro da sala de aula. Deste modo, é importante ressaltar que:

O intérprete está completamente envolvido na interação comunicativa (social e cultural) com poder completo para influenciar o objeto e o produto da interpretação. Ele processa a informação dada na língua fonte e faz escolhas lexicais, estruturais, semânticas e pragmáticas na língua alvo que devem se aproximar o mais possível da informação dada a língua fonte. (ESPECIAL, 2004, p. 27)

A função do intérprete é bastante complexa, pois este faz uma tradução e interpretação de duas línguas diferentes, logo, é necessário investir nas técnicas para que as informações declaradas sejam legítimas, assim como foi dita, por meio da tradução e interpretação.

A segunda pergunta referente ao interprete: **Como o acadêmico surdo interage com os colegas de sala?** Obtive a resposta que “*Essa interação acontece através da intérprete*”.

Os próprios colegas ouvintes ainda não se comunicam com as colegas surdas pois não sabem falar libras, pôde-se perceber que a língua de sinais não era conhecida antes do acesso das acadêmicas surdas no curso referido, por isso a comunicação sem a

interprete não existe, e é necessário que tanto o colegiado do curso aprenda e conheça a língua de sinais como também seus colegas também já que irão passar um longo período juntos, é importante que se tenha essa comunicação dentro da sala de aula para que não haja a exclusão dos surdos por parte dos ouvintes.

Pensar e promover a inclusão social com vista à inserção dos surdos nas universidades e sua permanência no Ensino Superior é um discurso politicamente correto, porém ao se tratar de processo educacional, parâmetros, diretrizes e estratégias devem ser pautados no reconhecimento e na valorização das diferenças. (MALTA; SILVA, 2013, p. 118)

É muito restrita a interação em sala das acadêmicas surdas, portanto, deve-se pensar em uma educação inclusiva, onde tanto os professores e colegas de sala ouvintes possam aprender a língua de sinais e interagir com as acadêmicas surda para que não ocorra uma educação excludente por parte dos ouvintes.

Por fim a terceira pergunta: **Você acredita que o acadêmico surdo possa aprender a disciplina sem seu apoio?** O intérprete afirma que *“Jamais! O intérprete media as comunicações entre professor e alunos pelo fato de os mesmos não saberem a libras”*

Nota-se que o interprete tem a plena consciência de que sem sua presença em sala de aula, o acadêmico surdo *jamais* iria compreender as aulas dos professores já que os mesmos não são falantes da língua de sinais. Isso é um fato preocupante, pois sem o apoio da interprete em sala não há compreensão dos conteúdos passados em sala de aula. Nesta perspectiva é compreendido que:

A educação de surdos pode muito bem ser definida, ao menos em nosso continente, como uma história de impossibilidades. A impossibilidade de se falar para e pelos outros, a impossibilidade dos surdos de falarem para e pelos ouvintes e por eles mesmos, e a impossibilidade dessas falas serem reunidas, visando à organização de uma política educacional que reconheça a diferença. (SKLIAR, 1998, p. 25)

Os conceitos acerca da língua de sinais, vista pelo método *ouvintista* deve ser alterada para o bem dos surdos. É importante que se reconheça essa diferença e que se crie meios para que os mesmos erros do passados não sejam repetidos novamente. Deve-se incentivar que os surdos criem autonomia na universidade, mas é importante que tenha meios para que isso ocorra de modo satisfatório.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho desenvolveu uma pesquisa sobre “Processo de comunicação entre professores ouvintes e acadêmicos surdos em uma Universidade Pública no município de Parintins-AM”. O principal objetivo dessa pesquisa era mostrar como ocorreu o processo de comunicação entre professores ouvintes e acadêmicos surdos.

Desse modo, conhecer a interação dos professores ouvintes com este determinado público em sala de aula, foi fundamental para conhecer esse processo de comunicação e evidenciar as dificuldades encontradas tanto pelos professores ouvintes ao repassar o conhecimento ao acadêmico surdo, quanto pelos próprios acadêmicos surdos no que se refere a comunicação em sala de aula, isso foi feito através do estudo de caso e as entrevistas com professores ouvintes, intérprete e acadêmicos surdos.

Assim como, investigar as causas que dificultam a comunicação do acadêmico surdo com seu professor ouvinte e observar os métodos de ensino do educador, foram imprescindíveis para que essa pesquisa apresentasse, através do estudo de caso, os resultados que buscam a qualidade de ensino do Acadêmico Surdo no Ensino Superior.

Observou-se que o processo de comunicação entre professores ouvintes e acadêmicos surdos é mediado pelo profissional intérprete, mas também há uma tentativa direta de comunicação por meio do português sinalizado. Ainda há muito para se mudar para que as aulas e a comunicação melhore em sala de aula, pois os professores ouvintes não estão preparados para atender ao público com estas necessidades linguísticas. Nesta descrição percebe-se que a Universidade utiliza o usa o método *ouvintista* para realizar o processo de ensino/aprendizagem, logo compreendemos que a instituição precisa se adequar a esta nova realidade.

Em relação aos professores ouvintes as principais problemáticas encontradas estão na falta de conhecimento sobre a Língua de Sinais, Cultura Surda e principalmente suas metodologias de ensino não estão voltadas para os acadêmicos surdos, e sim para os ouvintes.

O sujeito Surdo não é uma vítima ou um deficiente como é intitulado em muitos discursos. A comunidade surda possui uma necessidade linguística que deve ser suprida com informações acerca da surdez, e se houver uma preparação qualificada desde o início de sua vida educacional, culminando com o apoio da família, o seu desenvolvimento pode ocorrer de forma natural dando a mesma possibilidade intelectual como de qualquer pessoa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAZONAS, Diário Oficial do Estado do. **Poder Executivo**. Manaus, 2016.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4 ed. São Paulo, 1990.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ESPECIAL, Secretaria de Educação. **O tradutor intérprete de língua de sinais e língua portuguesa**. Programa Nacional de Apoio à educação de Surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

FEDERAL, Pessoa com deficiência – **Legislação/ Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD)**. Brasília: SHD-PR/SNPD, 2012.

FONSECA, Luiz Almir Menezes. **Metodologia científica ao alcance de todos**. 3 ed. Manaus: Editora: Valer, 2008.

LEI DE DIRETRIZES E BASES N°9394/96, Capítulo V, Art.58, 1996.

MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de. **Inclusão no ensino superior: docência e necessidades educacionais especiais**. Natal: EDUFRRN, 2013.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: História e políticas públicas**. 4. ed. – São Paulo: Cortez, 2003.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

_____, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e Linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas**. São Paulo: Plexus, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Adriana. **Processo de ensino/aprendizagem dos alunos surdos do 5º ano da escola de áudio comunicação Padre Paulo Manna**. Parintins, 2016.
SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. **Inclusão, um guia para educadores**. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

TREVISAN, Patricia Farias Fantinel; SILVA, Rosana Valeria Farias da; OLIVEIRA, Sebastião Reis de (Orgs.). **Língua de Sinais**. Manaus: Edições UEA. Editora: Valer, 2008.